



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-graduação Educação: Currículo
Revista e-curriculum ISSN: 1809-3876

**CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE E DA EDUCAÇÃO POPULAR À
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

**PAULO FREIRE'S AND POPULAR EDUCATION'S CONTRIBUTIONS TO THE
CONSTRUCTION OF BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM**

PONTUAL, Pedro de Carvalho

Doutorado em Educação pela PUC-SP

Colaborador da Cátedra Paulo Freire da PUC-SP

Presidente honorário do CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina

e-mail: pcpontual@gmail.com



Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011
EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE PAULO FREIRE
<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>



RESUMO

Este artigo tem por objetivo resgatar algumas das contribuições de Freire e outros autores do campo da Educação Popular que podem apontar caminhos e alternativas no sistema educacional brasileiro na atualidade. Para começar, são resgatados alguns elementos essenciais para compreender o alcance das contribuições de Freire e que o tornam uma inspiração para a corrente pedagógica e cultural da Educação Popular, sobretudo, no âmbito da América Latina. Em seguida, são retomadas algumas idéias centrais de Freire sobre o papel da alfabetização na construção da cidadania que foram compartilhadas no momento em que a criação do MOVA-SP foi discutida, durante sua gestão como Secretário Municipal da Educação da cidade de São Paulo. Estas idéias tensionam criticamente algumas tentativas ainda hoje de reeditar campanhas de alfabetização utilizando métodos aligeirados para sua implementação. A questão da participação social e da gestão democrática são as preocupações centrais deste artigo. Neste momento em que se debatem as bases de um novo Plano Nacional de Educação é importante lembrar que o diálogo e o conflito são elementos constitutivos do processo de construção democrática das políticas públicas voltadas à superação das desigualdades e a viabilização de um modelo de desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável. A gestão democrática é elemento central para se alcançar os objetivos da qualidade social da educação na perspectiva da emancipação humana e que seja capaz de enfrentar os novos e cada vez mais complexos desafios do século XXI.

Palavras chave: Educação Popular; Participação; Gestão democrática.

ABSTRACT

This article aims to present some of the contributions of Freire and other authors to the field of popular education that can point out ways and alternatives for the Brazilian educational system today. First, it shows some essential elements to understand the scope of the contributions of Freire, which is an inspiration for the current educational and cultural context especially in Popular Education in Latin America. Then a summary of central ideas of Freire about the role of literacy in the construction of citizenship is presented. These ideas were shared at the time the MOVA-SP was being created, during his tenure as Municipal Secretary of Education of São Paulo. These thoughts still press critically some attempts to reedit literacy campaigns using streamlined methods for its implementation. The issue of social participation and democratic management are the central concerns of this article. In these days, when a new National Education Plan is being debated, it is important to remember that dialogue and conflict are constitutive elements of the process of democratic construction of public policies aimed at overcoming inequalities and the viability of a development model full, inclusive and sustainable. The democratic management is a central point for achieving the goals of social quality of education in a perspective of human emancipation and it is able to face new and increasingly complex challenges of the twenty-first century.

Keywords: Popular education; Participation; Democratic management.





Neste ano em que comemora-se os 90 anos de Paulo Freire diversos setores da sociedade brasileira mobilizam-se para o debate do Plano Nacional de Educação (PNE) é oportuno revisitar parte do legado de Paulo Freire e da educação popular, que pode nos ajudar à compreender melhor alguns dos desafios da educação brasileira e, sobretudo, apontar caminhos para sua transformação.

Na vida e obra de Paulo Freire há uma profunda paixão pela liberdade humana e, ao mesmo tempo, uma rigorosa e sempre renovada busca de uma pedagogia emancipatória. Assim sendo para além de recuperar seu pensamento trata-se de recriá-lo á luz dos novos desafios históricos deste século XXI.

A marcante presença de Paulo Freire ainda hoje em muitas partes deste mundo está ligada a uma característica fundamental que marcou toda sua vida e obra, suas incessantes buscas de coerência entre discurso e prática. Coerência que não se traduziu em dogmatismo, mas numa busca permanente de renovar seu pensamento e prática à luz dos novos desafios de cada contexto histórico vivido.

Este texto busca apontar algumas contribuições de Freire e da Educação Popular que, a meu ver, dialogam com desafios do nosso tempo histórico e da educação no Brasil.:

1- Mais que um método de alfabetização uma filosofia da educação

Talvez Paulo Freire seja mais conhecido por haver criado um método de alfabetização de jovens e adultos que foi amplamente utilizado em diversos países. No entanto, a contribuição de Paulo Freire foi muito além, tendo criado uma filosofia de educação com um corpo teórico consistente com uma pedagogia voltada à prática, voltada à ação transformadora. Dizia Freire “a melhor maneira de pensar é pensar a prática”.

Sua pedagogia sempre foi uma pedagogia posicionada que rechaça qualquer idéia de neutralidade. Freire sempre nos recordava com muita insistência de que a neutralidade é impossível no ato educativo. “Meu ponto de vista é o dos excluídos, o dos condenados da Terra”. Sua afirmação constante deste princípio foi um contraponto necessário à tentativa da ideologia neoliberal, sobretudo nos anos 90, de despolitizar a sociedade e o debate de idéias. Ao contrário, para Freire existe uma politicidade inerente à prática educativa.

2- Uma proposta de educação para a mudança: Sua pedagogia sempre esteve comprometida com a idéia de mudança histórica que se expressou através de categorias que





deram título em distintos momentos históricos às suas mais importantes obras. No final dos anos 50 escreveu “Educação como prática da Liberdade” Nos anos 60, exilado no Chile, escreveu “Pedagogia do Oprimido” e em 1992 sua releitura daquela obra na “Pedagogia da Esperança” (1992). Em 1996, escreveu a “Pedagogia da Autonomia” e após sua morte, seus últimos escritos foram reunidos em “ Pedagogia da Indignação”(2000) e “ Pedagogia dos Sonhos Possíveis”(2001). Liberdade, visão dos oprimidos, esperança, autonomia, indignação, sonhos possíveis, são eixos fundamentais de sua obra sempre posicionada a favor de uma educação voltada à mudança histórica e á ação transformadora. Trata-se de categorias que vão contextualizando historicamente os desafios á uma educação comprometida com a mudança e apontando na direção de utopias possíveis e necessárias. Por isto Freire se contrapôs firmemente ao raciocínio fatalista dos que apregoavam o “fim da história” e reafirmou enfaticamente a história como “tempo de possibilidades”, seu compromisso com uma pós-modernidade progressista e a necessidade de construção de proposições que concretizassem o “inédito viável”.

Em seus últimos escritos Freire expressou com muita radicalidade, que ele sempre pedia que não se confundisse com sectarismo, sua indignação com o que ele denominava de cinismo de uma ideologia fatalista que propugna que a realidade é assim mesmo, que os excluídos têm que continuar existindo e que a história está em seu fim. Freire opunha-se a hegemonia de tal discurso enfatizando a necessidade de uma pedagogia da esperança e da construção de utopias transformadoras e possíveis de se realizarem. Talvez a proposta do Fórum Social Mundial e o seu lema de que um “Outro Mundo é Possível” seja uma das expressões mais importantes do legado de Paulo Freire neste início do século XXI.

3- Alargando o âmbito do educativo:

Uma das contribuições mais importantes de Paulo Freire e da corrente da educação popular, que nele teve suas inspirações fundamentais, foi a de desenvolver uma visão do fenômeno educativo num espaço mais abrangente que o da escola sem nunca recusar sua importância como instituição educativa. As reflexões de Freire sobre as práticas educativas no interior dos movimentos sociais, das diversas formas de sociabilidade e convivência dos grupos populares, na ação dos partidos políticos, nas práticas dos governos, nas distintas





manifestações da cultura popular têm dado inegável consistência à necessidade de pensar o educativo num âmbito mais abrangente que o da escola.

Vale observar, no entanto, que Paulo Freire não atribuía nenhum juízo de valor ou peso hierárquico de maior relevância àquelas práticas educativas que ocorrem para além da escola. Ao contrário, há uma forte preocupação em seus escritos em não cindir a prática educativa na reflexão sobre a Educação Popular e, assim, não cair nas armadilhas daquelas definições que identificaram Educação Popular com o “não formal”, ou como prática “para-escolar” ou como propositora de uma “sociedade sem escolas”. O discurso de Freire sempre dirigido aos educadores e educadoras que atuam tanto na escola como em outros âmbitos da prática social, colocam-nos frente à necessidade de compreender a Educação Popular como um conjunto de práticas e formulações que permeiam diferentes âmbitos das relações sociais, sem deixar de reconhecer a especificidade das diversas práticas e dos distintos espaços onde elas se desenvolvem. O movimento das Cidades Educadoras ao reivindicar que todos os espaços e equipamentos urbanos tornem-se espaços educativos é, hoje, uma das expressões desta compreensão alargada da prática educativa.

4- Alfabetização para a construção da cidadania ativa:

Paulo Freire propugnou desde o momento em que construiu seu método de alfabetização, que o domínio da palavra, o saber escrever, o saber ler, somente adquirem sentido, se, traduzem uma melhor capacidade de leitura do mundo, uma melhor leitura do contexto em que ser humano vive. Dizia que em certo sentido, a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Neste momento em que diversos governos na AL voltam a colocar o tema da alfabetização entre suas prioridades é importante recuperar as proposições de Freire sobre o tema no sentido de analisarmos criticamente os modos de concretização de tais esforços. Para Freire as iniciativas na área de alfabetização deveriam fazer parte de um conjunto de ações voltadas à construção de um novo modelo de desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável. Do ponto de vista das políticas educativas as ações de alfabetização requerem continuidade no sentido de assegurar o direito à escolarização básica e numa perspectiva mais global o direito à educação ao longo de toda a vida. Isto significa situar alfabetização no terreno das políticas públicas ao invés de limitá-la ao âmbito de campanhas. Foi por esta





razão que, no período em que Freire esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1992), as ações na área de alfabetização eram parte da política de educação de jovens e adultos e o programa que envolveu parceria com movimentos e organizações populares (MOVA-SP) denominou-se de movimento e não de campanha e estava articulado imediatamente com outros programas que assegurassem a continuidade da escolarização de jovens e adultos. A denominação de movimento vinha também para expressar a compreensão de uma ação alfabetizadora que deveria contribuir para que educandos, educadores e todos os demais atores envolvidos pudessem exercer sua cidadania ativa na luta pelo direito à educação completa e ao longo de toda a vida.

Vale lembrar também que, no raciocínio dialético que sempre caracterizou as proposições em Freire, sua afirmação de que se por um lado a cidadania ativa não depende somente da educação, por outro, sem ela a cidadania ativa não se constrói. Sem superestimar o papel da educação, mas também sem deixar de destacar sua enorme relevância, Paulo Freire (1995a) assim sintetiza sua visão sobre a relação dialética entre educação e cidadania:

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (p.74)

Com esta afirmação ele colocava com clareza o alcance e os limites das políticas educativas para enfatizar a necessidade de serem articuladas as ações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento fundado na justiça social, na equidade e na sustentabilidade.

5- O diálogo e o conflito na construção democrática:

A necessidade de uma pedagogia democrática para transformar as relações e as formas de exercício do poder funda-se no reconhecimento de que o elitismo e o autoritarismo historicamente operados pelas classes dominantes enraizaram-se profundamente nas sociedades latino-americanas. Portanto, ao afirmar-se a necessidade de construir-se uma democracia integral e uma cidadania ativa para superarmos as múltiplas formas de opressão,





estamos nos referindo a novas formas de exercício do poder, ancoradas a uma cultura política radicalmente democrática. Para Freire tanto o diálogo como o conflito são fatores constitutivos de um processo de construção democrática. Este processo só se consolida em uma prática substantivamente democrática a partir de um intenso e criativo trabalho pedagógico. Como afirma Freire (1995b), “um dos papéis das lideranças democráticas é precisamente superar os esquemas autoritários e propiciar tomadas de decisão de natureza dialógica” (p.45).

Em sua passagem como Secretário municipal de Educação da cidade de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992) tendo enfrentado situações cotidianas de conflito na implementação da sua proposta de gestão democrática da política educativa, sempre advertiu de que o conflito era inerente aquele processo e de que a tarefa fundamental estava em “pedagogicizar o conflito”, ou seja, construir espaços de reconhecimento recíproco de interesses distintos, mas também de negociação dos mesmos a partir de regras democráticas pactuadas entre os diversos atores. Como atitude fundamental destaca-se a capacidade de escuta e de conversa entre os atores no estabelecimento de diálogo que seja capaz de enfrentar e propor soluções aos problemas em questão.

Em tempos de avaliação política sobre a natureza dos espaços participativos em relação às políticas públicas vale recordar a ênfase presente nas formulações de Freire sobre a prática de *decisão* como um elemento básico da autonomia de tais espaços. Diante de argumentos de matriz conservadora sobre as dificuldades para deliberação em tais espaços, costumava advertir Freire de que é decidindo que se aprende a decidir.

Ainda como elementos da coerência que devem caracterizar as atitudes nos espaços de conflito e diálogo estão os valores da humildade e tolerância nas relações com o outro e no reconhecimento á diferença como aspecto central de uma cultura democrática. Freire (1995b) assim explicita esta questão:

Tolerância e humildade são virtudes fundamentais. Na humildade eu trabalho com a hipótese de que existem outras verdades, mesmo aquelas contra as quais eu luto. Não tem nada a ver com humilhação. E sim com a tolerância não no sentido da convivência, mas no sentido de aceitar a diferença e reconhecer que só podemos crescer na diferença. (p.73).





A falta de uma compreensão processual e histórica desta construção democrática tem levado, em alguns casos, a que lideranças políticas se desencantem diante das dificuldades e contradições necessariamente presentes nas práticas que estimulam a participação cidadã e retornem ao pragmatismo conservador das soluções tecnocráticas em nome dos votos obtidos nas eleições e da presunção de que isto lhes dá conhecimento pleno do que o povo precisa. Daí a importância da advertência de Freire de que uma pedagogia da construção democrática requer uma atitude básica de perseverança por parte daqueles que estão à frente de iniciativas de estímulo à participação cidadã. Aqui, a historicidade sempre presente nas formulações de Freire nos ajuda a compreender tal desafio nas suas palavras (1995b):

O aprendizado de outra virtude se impõe: a perseverança, tenacidade com que devemos lutar por nosso sonho. Não podemos desistir nos primeiros embates, mas a partir deles aprender como errar menos. Na existência de uma pessoa, cinco, dez, vinte anos representam alguma coisa, às vezes muito. Mas não na história de uma nação. (p.47)

E mais a frente, na obra citada, conclui Freire (1995b):

A questão está em como transformar as dificuldades em possibilidades. Por isso na luta para mudar, não podemos ser nem só pacientes, nem só impacientes, mas pacientemente impacientes. A paciência ilimitada, que jamais se inquieta, termina por imobilizar a prática transformadora. O mesmo ocorre com a impaciência voluntarista, que exige o resultado imediato da ação, enquanto ainda a planeja. (p.48)

Como se pode observar há uma profunda convicção na vida e obra de Freire sobre a importância da participação cidadã na construção das políticas públicas. O desafio de melhorar a qualidade da educação requer uma diretriz clara e investimentos permanentes no sentido de assegurar uma gestão democrática em todos os níveis do sistema educacional.

6- A Qualidade Social e Gestão Democrática da Educação

É preciso situar o tema da qualidade da educação na perspectiva dos objetivos emancipatórios das práticas educativas. Ou seja, trata-se de resgatar a politicidade inerente à educação e a sua estreita articulação com a mudança social. Para Freire, uma prática





pedagógica progressista precisa afirmar que “mudar é difícil, mas é possível” (Pedagogia da Esperança, 1992). Esta perspectiva requer a explicitação de que tipo de qualidade da educação é necessária para alcançarmos o objetivo de construir um País com um desenvolvimento integral, inclusivo e sustentável; através do exercício de uma cidadania ativa e da ampliação das práticas da democracia participativa.

A construção de uma educação voltada à emancipação humana e do nosso País requer uma pedagogia da autonomia e da participação cidadã para a sua efetivação como possibilidade histórica. Assim, as práticas deliberativas e de co-gestão do sistema educacional são essenciais à construção da qualidade social e democrática da educação.

Para Freire, “ninguém é autônomo primeiro para depois decidir... É decidindo que se aprende a decidir” (Pedagogia da Autonomia, 1997). Uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em práticas estimuladoras da participação, da decisão e da co-responsabilidade por parte de todos os atores envolvidos no processo educativo.

A Educação Popular é aquela que estimula a criação de mecanismos de gestão democrática do sistema educativo, caminhando assim, na contramão da tradição profundamente elitista e autoritária de gestão do sistema educacional e da escola em particular.

A Educação Popular entende a escola como um centro aberto à comunidade e como uma organização aprendente: é a que em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos e organizações sociais na escola, se aproxima destes atores com os quais aprende para a eles poder ensinar também. Como espaço aberto, a escola resgata seu papel de centro educativo da comunidade e como espaço público, transparente e democrático. Como organização aprendente, trata-se de reforçar os mecanismos de escuta e diálogo com a comunidade onde ela se situa.

A Educação Popular enfatiza a importância da criação de mecanismos de gestão democrática e controle social na construção das políticas públicas de educação em todos os níveis da Federação. Assim, trata-se de assegurar a participação da sociedade civil em todos os níveis e espaços de tomada de decisão sobre as políticas e programas educativos

Dentro de uma concepção tecnocrática das políticas públicas, estas são elaboradas de “cima para baixo” fortalecendo uma visão estritamente institucional das ações orientadas á





elaboração e implementação das políticas públicas. Nesta visão privilegia-se o trabalho de especialistas e tomadores de decisão. Tradicionalmente prevaleceu a idéia de que o desafio está em formular uma “política correta” para em seguida convocar os distintos atores sociais que estariam esperando para conhecer-la e colocar em marcha sua execução. Numa perspectiva de gestão democrática o desafio portanto não é só elaborar políticas “corretas”, mas incorporar ativamente os atores sociais na formulação e execução das políticas

Leis (2005) assim explicita o sentido mais geral desta participação ativa dos atores sociais no processo das políticas públicas:

O convite que nos faz esta perspectiva é de duas ordens: por um lado, envolver aos atores sociais nos diferentes momentos de configuração de uma política, por outro, algo que é mais importante ainda: conceber sua gestão como processo de aprendizagem social contínuo em que a “alternativa correta” deverá construir-se e reconstruir-se a partir do diálogo entre os distintos atores com suas distintas representações, interesses e capacidades. Isto supõe superar o institucionalismo tradicional a favor de uma perspectiva de interdependência entre as instituições, atores e agentes sociais, e políticas que mantém uma relativa autonomia. (p.14)

Em seguida conclui Leis (2005) sobre o papel estratégico da educação popular no processo de incidência em políticas públicas:

A EP é uma proposta política, ética e pedagógica que propõe uma metodologia transformadora, que é válida não só para os fatos educativos, mas também, para o processo integral de transformação. Nela prevalece o sentido de PROCESSO de médio e longo prazo que permite superar a visão imediatista e parcializada do fenômeno. (p.17)

Assim a perspectiva da Educação Popular é a que trabalha a construção da qualidade social da educação numa perspectiva de co-gestão e co-responsabilidade entre os diversos atores envolvidos no processo e orientada na direção da construção de um modelo de desenvolvimento baseado nos princípios da justiça social, equidade, sustentabilidade e autonomia.





REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *A construção de uma nova cultura política* in FÒRUM DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS. *Poder local, participação popular e construção da cidadania*. s/l, 1995a.

_____. *À sombra desta mangueira*, São Paulo, Olho D'água, 1995b.

LEIS, Raul. Incidencia política y ciudadanía activa in *Incidencia em Políticas Educativas*. *Revista La Pirágua* CEAAL Panamá, nº 22 , 2005. p 12-18.

